

1 **Ata da 4ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional –**  
2 **CONSEAN/SE do ano de 2026.**  
3

4 No décimo quinto dia do mês de abril de 2026, às nove horas e vinte três minutos, na sede do  
5 Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Sergipe (CONSEAN/SE), localizado na  
6 Travessa Baltazar Gois, número 86, Edifício Estado de Sergipe, 3º andar, Centro, Aracaju, Sergipe, foi  
7 realizada a 4ª Reunião Ordinária do ano de 2026. Contou com a participação presencial dos seguintes  
8 membros: Antônia Regina Coelho de Oliveira- SEFAZ; Carivalda Ribeiro Souza-ICB; Claudino Augusto  
9 Dantas Leandro Júnior- CRN5; Eliene da Silva Santos-Consean; Estelita Santos da Conceição-  
10 Associação Nova Esperança; Kathleen Faro Hagenbeck- Consean; Lucas Travassos Deda- SEAGRI;  
11 Ronaldo Cruz da Silva- SES; Raquel Moraes Machado- SECC; Silvino José dos Santos- ASPDR; Tânia  
12 Maria de Lima- Associação Católica Bom Pastor; Vanessa Gama Alves- GACC; Vanessa Maria dos  
13 Santos- Centro Santo Antônio Ogum Raio de Sol; Valmira Beto dos Santos- Colônia de Pescadores Z3;  
14 e Viviane Reis de Andrade. E como Convidados: Edjan Alves das Neves-Associação de Pescadores  
15 Evangélico do Betume; Tatiana Canuto Silva- Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e  
16 Nutricional; Roberta bento Simões- SES; Aline Ferreira dos santos- SEASIC. E teve como pauta: I-  
17 Apreciação e votação da ata anterior; II-Apresentação das justificativas de ausência; III-Programação  
18 do encontro da 6º Conferência de +2; IV- Comissões; V- Entregas do PAA; VI- Apresentações de  
19 informes. Carivalda desejou bom dia a todos, iniciou a reunião e solicitou que os convidados se  
20 apresentassem. Tatiana agradeceu pelo acolhimento na reunião anterior e informou que atualmente  
21 atua como consultora do MDS, na Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com  
22 foco no PAA. Relatou que foi solicitada a prestar apoio ao PAS Nordeste, participando de reuniões e  
23 realizando orientações, e que em breve terão início as reuniões territoriais. Destacou que seu papel  
24 é ser uma ponte entre Sergipe e o Governo Federal, trazendo informações atualizadas. Informou  
25 ainda que, em reunião ocorrida no dia anterior com Brasília, foi comunicado que haverá o Encontro  
26 Nacional do PAA, e que o Conselho receberá o convite, sendo este um momento de celebração de  
27 um programa importante para o fortalecimento da segurança alimentar e nutricional no Brasil,  
28 finalizou a fala e se colocou à disposição. Carivalda agradeceu. Roberta se apresentou e informou  
29 que está concluindo o curso de Nutrição na UFS, realizando estágio em Saúde Coletiva na SES, sob  
30 supervisão de Ronaldo, e agradeceu pelo acolhimento. Raissa também se apresentou, informou ter  
31 concluído o curso de Publicidade e Propaganda, possuir uma agência de publicidade e que estava  
32 acompanhando Claudino na reunião. Claudino informou que faz a indicação de sua gestora de mídias,  
33 ressaltando que a escolha não se deu por pessoalidade, pois é da sua família, mas por capacidade  
34 técnica. Destacou a importância da presença dos profissionais nas mídias sociais, tanto no setor  
35 público quanto no privado, e mencionou que a profissional indicada possui formação na área e está  
36 concluindo nova graduação, colocando-se à disposição para fornecer contato aos interessados.  
37 Carivalda retomou a fala, informando que a primeira pauta seria a apreciação e votação da ata  
38 anterior, questionando se seria melhor deixar para o final da reunião, considerando a possibilidade  
39 de maior presença de conselheiros, o que foi aprovado por todos. Na sequência, tratou da  
40 apresentação das justificativas de faltas. A Secretaria Executiva informou que Ana Ires estava em  
41 reunião da COMPIR, em São Cristóvão, e que Risomar e Gicélia não puderam participar devido às  
42 chuvas. Foi orientado que, caso surgissem outras justificativas, estas fossem apresentadas ao final.

43 Em seguida, Carivalda informou que o ponto principal da reunião era a programação do Encontro da  
44 6ª Conferência +2. Relatou que o encontro deverá ocorrer em dois dias e que haverá um momento  
45 específico com os presidentes dos conselhos municipais, além do encontro geral. Explicou que o  
46 encontro com os presidentes tem como objetivo promover o entendimento sobre a proposta do  
47 evento e colocou a sugestão para apreciação dos presentes. Informou que o primeiro momento será  
48 realizado de forma remota, com o objetivo de dialogar e esclarecer a dinâmica do encontro,  
49 destacando que não se trata de uma conferência, mas de um encontro baseado na conferência  
50 anterior. Ressaltou que, diferentemente das edições anteriores, em que havia etapas municipais,  
51 territoriais e estadual culminando na conferência nacional, o foco agora será avaliar o que foi  
52 discutido anteriormente, identificar o que foi implementado, o que precisa ser aprimorado e o que  
53 pode ter continuidade. Explicou que o formato foi modificado, possivelmente por contenção de  
54 gastos, e que serão escolhidos apenas três conselheiros estaduais, além da presidente, para  
55 participação na etapa nacional, sendo estes já definidos pelo plenário do Conselho. Destacou a  
56 importância de conscientizar os participantes sobre o objetivo do encontro, enfatizando que a  
57 participação deve ser comprometida com a construção de propostas, e não motivada por interesses  
58 pessoais. Ressaltou a necessidade de alinhamento entre todos os membros, destacando que a  
59 atuação integrada do Conselho tem contribuído para seus resultados positivos. Apresentou, então, a  
60 proposta de realização do encontro remoto com presidentes e conselheiros municipais e questionou  
61 sobre a viabilidade, dirigindo-se a Ronaldo. Tânia solicitou esclarecimentos sobre o encontro, e  
62 Carivalda explicou que se trata de uma conferência adaptada para o formato de encontro, conforme  
63 diretrizes nacionais, ressaltando novamente que não haverá eleição de delegados. Informou que não  
64 ocorrerão conferências municipais, territoriais ou estadual, sendo realizados apenas o encontro  
65 remoto inicial e o encontro presencial. Explicou que, no encontro presencial, os participantes já  
66 deverão estar cientes da dinâmica e que delegados de conferências anteriores poderão contribuir  
67 com relatos sobre o que foi executado, visando continuidade ou aprimoramento das ações. Tânia  
68 questionou sobre os três conselheiros indicados, e Carivalda esclareceu que a escolha foi feita pelo  
69 Conselho Estadual, em plenária, sendo que ela participará como presidente e os demais  
70 representarão o Governo do Estado. Reforçou que não haverá eleição de delegados e que o objetivo  
71 é construir coletivamente as propostas a serem levadas à etapa nacional. Ao ser novamente  
72 questionada sobre o encontro remoto, confirmou que este será realizado de forma virtual, devido à  
73 inviabilidade de realização presencial, e destacou a importância da participação de todos. Tânia  
74 perguntou se o encontro remoto antecederia o presencial, o que foi confirmado por Carivalda, sendo  
75 a proposta aprovada pelos presentes. Claudino informou que o Conselho presta capacitação aos  
76 municípios e destacou a importância desse apoio no processo de fortalecimento das ações locais.  
77 Claudino relatou que os municípios devem realizar suas conferências municipais de Segurança  
78 Alimentar e Nutricional; contudo, ao utilizar a denominação “conferência”, trata-se de um evento de  
79 grande porte, com duração mínima de um dia inteiro, geralmente das 7h às 18h, exigindo uma escuta  
80 ativa e ampliada da população. Nesse sentido, o próprio Conselho Nacional de Segurança Alimentar  
81 orienta que os municípios possam realizar fóruns e encontros, considerando as dificuldades de  
82 promover uma conferência nesse formato. Parabenizou à equipe da SEASIC pela realização do Abril  
83 Verde, em alusão ao combate à intolerância religiosa, destacando evento ocorrido no Espaço Cuidar  
84 Santa Maria, considerado significativo e bem organizado. Foi ressaltado o posicionamento sensível  
85 da secretária Érica Mitidieri quanto ao tema, mencionando reunião realizada no ano anterior com

86 povos de matrizes africanas e ciganos, com o objetivo de escuta de demandas, sendo reconhecida  
87 como uma gestão diferenciada nesse aspecto. Viviane Reis agradeceu em nome da Secretaria.  
88 Ronaldo destacou a importância da leitura dos temas a serem abordados no encontro. Tânia iniciou  
89 a leitura da programação elaborada e pontuou que a mesa seria composta por Carivalda e  
90 representante da SEASIC. Carivalda sugeriu que, em razão do tempo reduzido e da necessidade de  
91 apresentação de um panorama de Sergipe, a presidência do CONSEAN abordasse o contexto do  
92 Conselho, enquanto a SEASIC apresentaria o panorama do Estado, propondo que houvesse apenas a  
93 composição de mesa, sem falas adicionais, o que foi acatado por todos. Ronaldo concordou e  
94 acrescentou que o Conselho apresentaria questões sensíveis relacionadas à política de Segurança  
95 Alimentar e Nutricional, compondo, assim, um panorama com a contribuição da sociedade civil e do  
96 governo. Em seguida, Carivalda questionou sobre a definição do local do evento. Viviane informou  
97 que entrou em contato com o setor responsável da SEASIC, que está em busca de um espaço  
98 adequado, assegurando que o evento será realizado. Tânia mencionou a possibilidade de realização  
99 na EMDAGRO. Lucas informou que há um auditório com capacidade para 150 pessoas, porém sem  
100 salas para discussão em grupo. Claudino sugeriu o auditório da UNINASSAU, destacando a existência  
101 de salas disponíveis, embora com limitação de horário. Carivalda recapitulou que ficou sob  
102 responsabilidade do governo a definição do espaço, divulgação, alimentação e transporte. Claudino  
103 informou que no dia 27 ocorrerá a I Conferência dos ODS e convidou todos a participarem,  
104 ressaltando a relevância do tema relacionado ao combate à fome e a importância da contribuição do  
105 Conselho. Ronaldo destacou que se trata de um momento importante para a Secretaria de Estado da  
106 Saúde, informando que, no dia seguinte, às 9h, terá início, na SES, a primeira reunião para aprovação  
107 da linha de cuidado para sobrepeso e obesidade. Explicou que se trata de uma diretriz do Ministério  
108 da Saúde, no âmbito das Redes de Atenção à Saúde, voltada ao enfrentamento das doenças crônicas  
109 não transmissíveis, com organização de fluxos de atendimento desde a atenção primária até a  
110 hospitalar. Ressaltou que o objetivo é aprovar, em breve, a linha de cuidado, enfatizando que a  
111 Segurança Alimentar e Nutricional não se restringe à carência alimentar, fome ou desnutrição, sendo  
112 a obesidade também uma forma de má nutrição que deve ser enfrentada. Carivalda relatou que,  
113 sempre que visita os municípios, costuma questionar sobre o quantitativo de pessoas com sobrepeso,  
114 hipertensão e diabetes, destacando que os membros do Conselho precisam compreender seu papel,  
115 que não se limita a garantir alimentação em quantidade, mas também em qualidade, considerando  
116 a procedência dos alimentos e o entendimento ampliado do conceito de Segurança Alimentar e  
117 Nutricional, que vai além do ato de comer. Ronaldo reforçou a importância da escuta dos municípios,  
118 por serem os executores da política e por conhecerem a realidade local. Destacou ainda que o  
119 Governo Federal lançou novamente a estratégia de enfrentamento da obesidade como uma política  
120 intersetorial, conduzida pelo MDS, ressaltando a importância de uma abordagem sistêmica e  
121 integrada entre os diversos segmentos. Carivalda informou que havia definido a composição da mesa,  
122 que seria com a presidência do CONSEAN e a SEASIC, questionando se gostariam de indicar  
123 representantes da sociedade civil. Citou nomes como Estelita, Lucas, Dayanne (SEED), representante  
124 da SEASIC, Valmira e CONAB. Lucas destacou a necessidade de consultar a EMDAGRO; Estelita  
125 informou que Egídio a substituiria; e Valmira comunicou que não poderia comparecer, pois estará  
126 representando o município como presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio PiauÍ. Diante  
127 disso, Carivalda sugeriu que essas definições fossem retomadas posteriormente, na próxima reunião.  
128 A Secretaria Executiva informou que a próxima reunião ordinária ocorreria após o encontro. Em

129 seguida, a presidente comunicou que será realizada uma reunião extraordinária remota, devido à  
130 necessidade de tratar da eleição. Claudino parabenizou a escolha dos temas, e Carivalda destacou a  
131 importância dessa definição, ressaltando que os conselheiros precisam ter clareza do que estão  
132 fazendo para representar o estado em Brasília de forma adequada, considerando o papel de controle  
133 social e garantia da SAN. Tânia deu continuidade com a leitura dos anúncios, explicando que cada um  
134 seria subdividido em grupos, sugerindo a definição de dois responsáveis por grupo, além de um  
135 relator. Após discussões, ficaram definidos: Anúncio 3 – Egídio e representante da SEASIC, com  
136 relatoria a ser definida pelo OSANES, sob verificação de Tatiana; Anúncio 4 – Lucas Deda, Tatiana  
137 Canuto e representante da SEASIC, com relatoria também a ser definida pelo OSANES; e Anúncio 7 –  
138 Claudino, Ronaldo e representante da SEASIC, com relatoria de Roberta, estagiária da SES. Ronaldo  
139 destacou a importância da distribuição prévia de informações resumidas para os responsáveis pelos  
140 grupos. Tânia prosseguiu com a leitura do caderno de orientações e questionou sobre o processo de  
141 definição dos avanços, desafios e estratégias de fortalecimento. A Secretaria Executiva informou que  
142 a organização seria por anúncio, sendo necessário que cada subgrupo definisse dois avanços, dois  
143 desafios e dois pontos de fortalecimento, além de propostas para construção da carta. Ronaldo  
144 reforçou a necessidade da presença de um representante da SEASIC em cada grupo, para assegurar  
145 o alinhamento com as ações governamentais, sendo a proposta aprovada por todos. Carivalda  
146 manifestou preocupação com a falta de reconhecimento da importância do Conselho de Segurança  
147 Alimentar, relatando insatisfação com essa situação. Tatiana destacou que momentos de diálogo  
148 qualificado, como esse processo de organização, podem parecer pequenos, mas geram impacto  
149 significativo na ponta, contribuindo para mudanças de percepção dos gestores. Ressaltou ainda os  
150 desafios históricos da área e a relevância desses espaços de construção coletiva. Carivalda mencionou  
151 que, conforme já apontado por Ana Ires, muitas vezes os debates ficam restritos aos próprios  
152 conselheiros, sem a devida escuta por parte dos gestores. Enfatizou a importância da permanência  
153 dos gestores nos eventos para ouvir as demandas, afirmando que, sem essa escuta, não há avanço,  
154 mantendo-se um ciclo de dificuldades. Relatou ainda que Tatiana havia disponibilizado uma pesquisa  
155 para os municípios responderem sobre o PAA, questionando se as ações partiam do CONSEAN, e  
156 mencionou que, em seu município, algumas ações do estado têm origem nas discussões do Conselho,  
157 mas isso nem sempre é reconhecido. Carivalda disse que há insatisfação quando ações  
158 governamentais na área de Segurança Alimentar não mencionam a origem no CONSEAN, destacando  
159 a importância do reconhecimento do papel da sociedade civil na construção das políticas, inclusive  
160 como elemento positivo para os gestores no processo político. Ressaltou também que, em alguns  
161 casos, nem os presidentes são mencionados, citando situação ocorrida em evento no município de  
162 Aracaju, no qual foi necessária intervenção de Elcio. Carivalda afirmou considerar a situação triste.  
163 Ronaldo sugeriu a realização de uma maior aproximação entre o conselho municipal e o estadual,  
164 especialmente por se tratar do conselho da capital. Destacou não ter conhecimento sobre a relação  
165 atual com a presidência municipal, mas considerou importante promover esse diálogo, inclusive com  
166 a possibilidade de convite para participação em reunião do conselho estadual, a fim de tratar da  
167 política de SAN. Carivalda comentou que a presidente nacional está no Conselho desde sua fundação,  
168 referindo-se a Elizabeth Recine, reconhecendo que ela desempenha bem seu papel. Contudo,  
169 ponderou sobre a dificuldade de renovação em níveis municipais e estaduais, ao mesmo tempo em  
170 que na instância nacional há continuidade, avaliando que, apesar disso, “em time que está ganhando  
171 não se mexe”. Informou manter boa relação com a presidente nacional e destacou que, assim como

172 enfrenta desafios com os municípios, a instância nacional também enfrenta dificuldades na relação  
173 com os estados. Sugeriu que a secretária Érica Mitidieri poderia contribuir nesse processo de  
174 articulação, por meio da realização de fóruns com gestores municipais, reforçando a importância da  
175 política de Segurança Alimentar e do papel dos conselhos. Ronaldo sugeriu ainda a realização  
176 periódica de escutas com conselhos municipais, a cada dois ou três meses, citando como exemplo o  
177 conselho de Aracaju, por sua relevância estratégica, lembrando que o município passou um período  
178 sem atuação. Claudino, conselheiro também de Aracaju, manifestou-se informando que, diante de  
179 um cenário de descontinuidade administrativa e mudanças frequentes, estão atuando para manter  
180 o funcionamento do conselho. Relatou recente troca na Secretaria de Assistência Social e alterações  
181 na secretaria executiva, já sendo a quarta em um mandato de dois anos, o que impacta o andamento  
182 das ações. Informou, entretanto, que estão conseguindo avançar, inclusive com articulação junto à  
183 área da saúde para ações de conscientização. Destacou que a CAISAN municipal está em  
184 funcionamento e que o Plano de Segurança Alimentar está em fase final de elaboração, com apoio  
185 do conselho. Ressaltou ainda que o conselho municipal esteve desativado por quatro anos, sendo  
186 reativado há dois anos a partir de uma demanda do Programa Mesa Brasil, inicialmente para emissão  
187 de declarações, mas ampliando posteriormente sua atuação. Acrescentou que o regimento interno é  
188 antigo, não prevê suplência e está em processo de atualização. Carivalda manifestou preocupação  
189 com a possibilidade de que conselhos municipais passem a emitir pareceres sem a devida estrutura  
190 ou preparo, o que poderia comprometer a qualidade das decisões. Defendeu que essa atribuição  
191 ocorra com supervisão do conselho estadual, considerando o risco de decisões influenciadas por  
192 relações pessoais, apontando a necessidade de cautela para evitar fragilização do sistema. Na  
193 sequência, Tânia retomou as informações operacionais do encontro, informando que há cerca de 100  
194 inscritos, os quais serão distribuídos por eixos temáticos no momento do credenciamento. Explicou  
195 que cada eixo será subdividido em grupos, e que cada grupo deverá indicar, no mínimo, dois avanços  
195 na implementação do anúncio, dois desafios persistentes e recomendações para fortalecimento das  
197 ações no território, além do registro de boas práticas. Por fim, realizou a leitura do caderno de  
198 orientações para alinhamento dos participantes. Carivalda informou que as experiências do estado  
199 serão apresentadas na etapa nacional, destacando como boas práticas o “Prato do Povo” e as  
200 cozinhas solidárias. Ronaldo complementou, mencionando que o anúncio escolhido por Egídio  
201 contempla um projeto relevante, com impacto direto nas políticas públicas e na vida da população,  
202 ressaltando que essas ações exitosas já desenvolvidas serão apresentadas, assim como as  
203 contribuições dos grupos dos anúncios 4 e 7, considerando que, durante as discussões, surgem  
204 diversas experiências bem-sucedidas com repercussão nas comunidades. Lucas questionou se o  
205 evento seria aberto, e Tânia informou que não, pois haverá limitação de aproximadamente 100 vagas.  
206 A Secretaria Executiva esclareceu que, conforme definição anterior, os participantes seriam os  
207 presidentes dos conselhos municipais, uma representação de cada município e os conselheiros  
208 estaduais. Carivalda acrescentou que, em discussão na CPCE, foi apontada a importância da  
209 participação de pessoas que atuaram como delegados nas conferências anteriores, por conhecerem  
210 os debates já realizados, além dos presidentes e conselheiros. A Secretaria Executiva reforçou que a  
211 deliberação da plenária definiu a participação de presidentes municipais e um representante  
212 governamental por município. Lucas ponderou que, em alguns casos, o presidente do conselho pode  
213 não deter todas as informações necessárias. Na sequência, Tânia prosseguiu com a leitura das  
214 orientações, informando que municípios e estado apresentarão práticas que serão discutidas e

215 selecionadas, além da elaboração de sugestões a serem encaminhadas para a carta política nacional.  
216 Informou ainda que o evento ocorrerá até as 14h, com encerramento seguido de almoço. Tatiana  
217 manifestou preocupação quanto à elaboração da carta, e a Secretaria Executiva esclareceu que não  
218 haverá construção integral de um documento no encontro, mas sim o apontamento de três  
219 prioridades políticas que serão encaminhadas para compor a carta a ser elaborada pela instância  
220 nacional. Tatiana questionou como seriam coletadas as informações para definição das prioridades.  
221 Tânia esclareceu que essas prioridades seriam sugeridas a partir das discussões nos eixos temáticos.  
222 Carivalda acrescentou que o Ceará já realizou esse processo, levando propostas relacionadas à  
223 irrigação, originadas da sociedade civil e posteriormente incorporadas pelos governos estadual e  
224 federal, destacando a importância da conexão entre as práticas e as políticas públicas existentes.  
225 Citou como exemplos o PAA, os caminhos agroecológicos e a inclusão da agroecologia na alimentação  
226 escolar, afirmando que, no caso de Sergipe, pretende-se apresentar ações como as cozinhas  
227 solidárias, as adesões ao SISAN e outras políticas públicas desenvolvidas no estado. Tânia ressaltou  
228 que a pessoa responsável pela sistematização deve estar atenta, pois é a partir desse trabalho que  
229 serão definidos os encaminhamentos. Carivalda sugeriu que o grupo também pode utilizar como base  
230 o Plano de Segurança Alimentar, verificando conexões entre os níveis estadual e nacional, bem como  
231 os avanços em relação às conferências anteriores, destacando que o interesse da instância nacional  
232 é compreender os progressos alcançados. Encerrada essa pauta, iniciou-se a discussão sobre as  
233 comissões. A presidente informou que já há uma comissão eleitoral em andamento, composta por  
234 Lucas, Viviane Reis, Dianna, Alex, Tânia e Carivalda, sendo dois representantes do governo e quatro  
235 da sociedade civil. Tânia informou que o grupo já está em diálogo por meio de aplicativo de  
236 mensagens. A presidente lembrou que havia sido acordado que cada conselheiro participaria de  
237 apenas uma comissão, a fim de ampliar a participação, mas que foi permitido que Dianna integrasse  
238 duas comissões. Ronaldo destacou a necessidade de mobilização das comissões, especialmente a de  
239 regimento interno, considerada um tema sensível e relevante, sugerindo a definição de datas para  
240 reuniões, inclusive de forma remota, a fim de garantir o andamento dos trabalhos. Carivalda reforçou  
241 a importância de antecipar essas definições para evitar dificuldades de última hora. Carivalda propôs  
242 a substituição de Dianna em uma das comissões, visando oportunizar a participação de outro  
243 conselheiro. Ronaldo questionou como ocorreu a duplicidade, e a Secretaria Executiva explicou que,  
244 na ausência de voluntários no momento da reunião, Dianna se dispôs a compor a comissão para  
245 garantir o andamento dos trabalhos, sendo que posteriormente outros conselheiros manifestaram  
246 interesse. Propôs que Dianna permanecesse na comissão eleitoral e que outro membro assumisse a  
247 comissão de regimento interno. Vanessa foi indicada, mas informou não ter disponibilidade, sendo  
248 então definido, por decisão da plenária, o nome de Silvino, titular da ASPDR, para compor a comissão  
249 de regimento interno, com aprovação de todos. Ronaldo solicitou que fosse feito comunicado formal  
250 da alteração e que fosse agendada reunião, mesmo que virtual, para início das atividades, evitando  
251 questionamentos futuros. A alteração foi colocada em apreciação e aprovada por unanimidade. Tânia  
252 sugeriu que as duas comissões atuassem de forma conjunta, mas Carivalda ponderou que isso  
253 poderia prejudicar o andamento dos trabalhos. Tânia informou que dispõe de documentos de  
254 referência, como o regimento do CONSEAN, a legislação de 2008, o edital e o regimento da eleição  
255 anterior. Mencionou ainda dúvidas quanto à composição da gestão 2024–2026 e à necessidade de  
256 atualização do quadro de conselheiros com indicação dos respectivos períodos. A Secretaria  
257 Executiva informou que essas informações constam em tabela já elaborada e entregue. Carivalda

258 levantou questionamentos sobre o tempo de atuação de algumas entidades, citando o ICB, e  
259 relembrou que, conforme orientação recebida anteriormente, o processo eleitoral do conselho  
260 ocorre a cada quatro anos, sendo que, em caso de vacância, deve haver indicação e não eleição.  
261 Manifestou preocupação com possíveis inconsistências nesse processo, destacando que, caso haja  
262 vacância de vagas, deve-se adotar um critério uniforme, seja por eleição ou por indicação, conforme  
263 normativas. Claudino relatou a experiência de Aracaju, informando que, diante de ausências, foi  
264 realizado fórum com chamadas públicas, com exclusão dos membros ausentes, seguindo orientação  
265 da procuradoria, e realização de fórum extraordinário para garantir a continuidade do mandato até  
266 a próxima eleição. A Secretaria Executiva informou que, em processo anterior, algumas entidades  
267 não compareceram, restando apenas uma entidade suplente, cuja possível inclusão foi submetida à  
268 plenária, sendo, contudo, rejeitada. Carivalda destacou que havia pessoas que poderiam compor o  
269 Conselho, por já participarem ativamente de diversas reuniões, sugerindo que fossem convidadas.  
270 Ressaltou ainda a ausência de representação indígena, lembrando que o Conselho foi criado para  
271 atender aos povos e questionando a presença de entidades que não atuam diretamente com SAN,  
272 mas sim com ações assistencialistas, o que considerou preocupante. Ronaldo pontuou que essa  
273 discussão reforça a necessidade de revisão do regimento interno, especialmente no que se refere à  
274 representação das comunidades tradicionais, incluindo indígenas, quilombolas, marisqueiras, povos  
275 ciganos, entre outros. Destacou que, ao analisar as políticas públicas, observa-se que esses grupos  
276 são prioritários, mas permanecem sub-representados no Conselho. Sugeriu que, na revisão do  
277 regimento, seja avaliada a ampliação de vagas para esses segmentos, considerando que já houve  
278 momentos em que entidades sem relação direta com a política ocupavam maior espaço, enquanto o  
279 público prioritário tinha representação reduzida. Carivalda reconheceu a atuação da presidência  
280 nacional, destacando que, mesmo com continuidade na função, há priorização dos povos  
281 tradicionais. Relatou conversa recente em que foi reforçada a importância de garantir que os  
282 Conselhos mantenham sua finalidade original, voltada aos povos e à segurança alimentar, incluindo  
283 populações em situação de rua. Manifestou preocupação com a possível exclusão de segmentos  
284 como o instituto cigano e reforçou seu compromisso com a continuidade do trabalho e a inclusão.  
285 Tânia apresentou dados sobre a composição do Conselho ao longo dos anos, informando que, entre  
286 2019–2021, havia 10 conselheiros; entre 2021–2023, 14; e na gestão 2024–2026, 17 entidades.  
287 Destacou, contudo, a ausência de registro sobre o ingresso de Carivalda no Conselho. Carivalda  
288 informou que participa há três anos, tendo ingressado após o processo eleitoral, por convite da  
289 presidência à época, relatando não ter conhecimento sobre registro formal desse processo. Ronaldo  
290 afirmou conhecer a trajetória do Conselho e destacou a relevância da atuação de Carivalda,  
291 reconhecendo sua contribuição, evolução e a forma como tem conduzido os trabalhos, ressaltando  
292 o crescimento do Conselho durante sua gestão. Carivalda afirmou que continuará contribuindo no  
293 que for necessário. Tânia ressaltou a importância de manter referências consolidadas no Conselho.  
294 Em seguida, Carivalda questionou se todos haviam realizado a leitura da ata anterior e a colocou em  
295 votação, explicando à Tatiana o procedimento de envio prévio por e-mail e possibilidade de ajustes  
296 durante a reunião. A ata foi aprovada por unanimidade. Na sequência, a presidente solicitou uma  
297 breve apresentação sobre o PAA executado pela SEASIC, destacando acompanhar as ações e  
298 reconhecendo o trabalho desenvolvido, especialmente pela inclusão de povos tradicionais.  
299 Mencionou, contudo, a necessidade de maior alinhamento na identificação dos públicos atendidos,  
300 citando situações em que houve inconsistência na identificação de beneficiários como pertencentes

301 a comunidades ciganas. Solicitou que a apresentação fosse realizada, inclusive para conhecimento de  
302 Tatiana, que atua no MDS, visando contribuir com o compartilhamento das informações em âmbito  
303 nacional. Carivalda retomou a questão da entidade Estrela Crescente, afirmando ter conhecimento  
304 de sua participação no edital, mas ponderando que deveria ter havido diálogo prévio para verificação  
305 do quantitativo real de pessoas da comunidade cigana atendida. Relatou que foram indicadas cerca  
306 de 400 pessoas como ciganas, porém, segundo seu conhecimento, o número real não chega a 100 no  
307 território citado. Destacou que essa discrepância impacta outras comunidades que necessitam do  
308 atendimento, como Parque dos Faróis, Barra dos Coqueiros e Recanto dos Papagaios, reforçando que  
309 sua colocação visa o aprimoramento das ações. Viviane esclareceu que a entrega realizada pela  
310 entidade foi destinada aos seus associados. Carivalda reiterou que, no caso, os associados deveriam  
311 ser exclusivamente pessoas da comunidade cigana e questionou a consistência das informações  
312 apresentadas, avaliando que pode ter ocorrido equívoco na execução, seja por falha de organização  
313 ou inconsistência no levantamento, apontando a necessidade de correção em ações futuras.  
314 Ressaltou ainda conhecer a distribuição das comunidades ciganas no estado de Sergipe. Na  
315 sequência, Aline cumprimentou os presentes, apresentou-se como diretora de Segurança Alimentar  
316 e Nutricional da SEASIC e informou que estava à disposição para prestar esclarecimentos sobre os  
317 benefícios, execução, critérios e alcance dos programas, convidando os conselheiros e participantes  
318 a apresentarem dúvidas. Aline informou que atualmente estão em execução dois editais do PAA com  
319 recurso federal: o PAA Geral e o PAA Quilombola. Explicou que o PAA Quilombola é voltado  
320 prioritariamente para povos quilombolas, tanto fornecedores quanto beneficiários, mas que também  
321 pode abranger outros povos e comunidades tradicionais, especialmente quando não se atinge o  
322 quantitativo necessário apenas com esse público. Destacou que, no momento, os fornecedores são  
323 todos quilombolas, e que as entidades atendem também povos indígenas, comunidades de  
324 pescadores e outros grupos tradicionais. Informou que o programa conta com aproximadamente 100  
325 agricultores, distribuídos em sete municípios, além de 20 entidades em 14 municípios do estado, com  
326 investimento em torno de um milhão de reais. Acrescentou que, antes da obtenção do recurso  
327 específico do PAA Quilombola, já havia um direcionamento do PAA Federal com foco nas  
328 comunidades quilombolas, iniciativa impulsionada pela gestão estadual, considerando o perfil de  
329 Sergipe como estado com forte presença dessas comunidades. Destacou ainda que os editais adotam  
330 critérios de priorização, contemplando povos e comunidades tradicionais, com recortes específicos  
331 para indígenas e quilombolas, além de priorização de mulheres, pessoas negras e juventude rural,  
332 com o objetivo de fortalecer a permanência dos jovens no campo. Ressaltou também a valorização  
333 de produtores orgânicos e agroecológicos, bem como de produções em áreas urbanas e periurbanas,  
334 reconhecendo a importância dos sistemas agroalimentares nesses territórios, especialmente em  
335 áreas com maior demanda. Finalizou destacando que o próprio MDS reconhece que o modelo  
336 executado no estado se aproxima, em grande medida, de um PAA com perfil quilombola. Carivalda  
337 questionou se há, nos editais do PAA, previsão específica para atendimento às cozinhas solidárias.  
338 Aline respondeu que, no caso das entidades receptoras, existem critérios de priorização que  
339 contemplam as cozinhas solidárias. Carivalda informou que sua cozinha recebe pelo PAA do Governo  
340 Federal, mas não conseguiu ser contemplada pelo programa executado pelo estado. Aline questionou  
341 se não houve classificação ou se houve classificação sem recebimento, e Carivalda esclareceu que  
342 não foram classificadas, manifestando a necessidade de pensar formas diferenciadas de inclusão das  
343 cozinhas, semelhante ao modelo adotado pela CONAB, que realiza inscrições sem edital formal. Aline

344 explicou que a CONAB opera com recursos distintos, provenientes do MDA, enquanto a SEASIC  
345 executa recursos do MDS, sendo programas com normativas próprias. Informou que, no PAA federal  
346 executado pela SEASIC, houve inscrição e contemplação de uma cozinha solidária. Carivalda sugeriu  
347 que essa experiência poderia ser compartilhada com outras cozinhas. Aline destacou que,  
348 atualmente, a seleção de entidades e fornecedores ocorre por meio de edital de chamamento  
349 público, conforme previsto na legislação, mas que a equipe vem estudando, junto ao MDS,  
350 possibilidades de simplificação dos processos, considerando as dificuldades relacionadas à burocracia  
351 e à exigência documental. Carivalda reforçou a preocupação com a burocratização, destacando que  
352 muitas cozinhas solidárias não possuem CNPJ, o que dificulta a participação nos editais, e defendeu  
353 a necessidade de mecanismos mais acessíveis, reconhecendo o papel histórico dessas iniciativas no  
354 enfrentamento da insegurança alimentar. Citou exemplos de lideranças comunitárias que realizam  
355 esse trabalho, mas não conseguem atender às exigências formais. Vanessa acrescentou que, em  
356 alguns casos, a exclusão ocorreu devido à ausência de alvará sanitário, realidade comum em terreiros.  
357 Aline questionou o município e, ao ser informada que se tratava de Nossa Senhora do Socorro,  
358 explicou que a emissão de alvará é de competência municipal, variando conforme a legislação local.  
359 Citou o exemplo de Aracaju, onde há isenção para terreiros, e sugeriu articulação junto ao município  
360 para tratar dessa questão. Claudino mencionou a possibilidade de apoio técnico para essa articulação  
361 e sugeriu levar a pauta ao Conselho Municipal, especialmente ao Conselho de Igualdade Racial.  
362 Vanessa informou que buscaria contato para dar encaminhamento. Claudino reforçou a importância  
363 de formalizar essa discussão nos espaços institucionais do município. Claudino solicitou confirmação  
364 de que, caso o quantitativo do PAA Quilombola não seja preenchido por comunidades quilombolas,  
365 haverá abertura para outros povos e comunidades tradicionais. Aline confirmou, explicando que a  
366 legislação prevê essa possibilidade e, caso ainda não se atinja o quantitativo, pode-se ampliar para  
367 demais agricultores familiares. Ressaltou, entretanto, que, no caso de Sergipe, o número de  
368 participantes quilombolas têm sido suficiente para atender aos critérios estabelecidos. Claudino  
369 informou que, durante as capacitações realizadas com os povos, é frequentemente questionado  
370 sobre a existência de um PAA específico para comunidades quilombolas. Destacou compreender que  
371 essa definição decorre da identificação de maior necessidade desse público, e avaliou como positivo  
372 o esclarecimento de que, caso o quantitativo não seja preenchido, as vagas podem ser destinadas a  
373 outros povos e comunidades tradicionais. Carivalda parabenizou o trabalho desenvolvido pela  
374 SEASIC, pelo Governo do Estado e pela secretária Érica, reconhecendo os avanços, mas reforçando a  
375 necessidade de aprimoramento, especialmente no sentido de reduzir a burocracia, a fim de ampliar  
376 o acesso das populações que necessitam do programa. Lucas, representante da SEAGRI, questionou  
377 sobre o quantitativo de agricultores orgânicos habilitados a fornecer ao programa e solicitou, se  
378 possível, o envio de uma relação nominal, com o objetivo de estruturar ações específicas para esse  
379 grupo e promover integração com as iniciativas da SEASIC. Aline concordou com a solicitação. Tatiana  
380 avaliou a sugestão como pertinente, destacando a importância da assistência técnica no âmbito do  
381 programa, uma vez que os agricultores necessitam de orientação contínua. Ressaltou que,  
382 considerando o número de agricultores mencionados, cerca de 100 no PAA Quilombola, distribuídos  
383 em sete municípios, é fundamental a articulação com instituições como EMDAGRO, EMBRAPA e  
384 demais serviços de assistência técnica, para potencializar os resultados. Tatiana reforçou seu papel  
385 no estado enquanto consultora vinculada ao MDS, esclarecendo que sua atuação não é de  
386 fiscalização, mas de articulação, acompanhamento e qualificação das ações do PAA, atuando como

387 ponte entre Sergipe e o Governo Federal. Destacou a importância de identificar potencialidades e  
388 desafios locais, levando essas informações para discussão em âmbito nacional. Mencionou, como  
389 exemplo, a relevância das cozinhas solidárias, que vêm sendo fortalecidas como equipamentos  
390 públicos de Segurança Alimentar em nível nacional, e apontou a burocratização como um desafio a  
391 ser dialogado com a coordenação geral do programa. Afirmou não ter dúvidas quanto à boa execução  
392 do programa no estado, com base nas informações e relatos observados, destacando o esforço dos  
393 consultores em levar as realidades locais para o nível federal, visando aprimoramento contínuo.  
394 Informou ainda que, entre os dias 16 e 18, será realizado o Encontro Nacional do PAA, ocasião em  
395 que foi solicitada a indicação de dois beneficiários, preferencialmente agricultores participantes do  
396 programa, para representar Sergipe em Brasília. Solicitou que tanto a Secretaria de Estado quanto o  
397 Conselho contribuam com essa indicação. Informou também que o Governo Federal encaminhará  
398 convites para estados e municípios com termos ativos. Acrescentou que haverá também agenda  
399 relacionada ao PAA Leite, cuja execução está sob responsabilidade da SEAGRI, sendo necessária  
400 articulação específica com essa Secretaria. Destacou ainda que a SEAGRI tem coordenado ações no  
401 âmbito do PAS Nordeste, com participação de apoio da consultoria, e que estão previstas reuniões  
402 no mês para análise das ações de Segurança Alimentar e Nutricional nos territórios, reforçando a  
403 importância de conhecer as realidades locais para qualificação das políticas públicas. Viviane  
404 questionou se a solicitação dos agricultores seria formalizada por meio de ofício, sendo informada de  
405 que não. Diante disso, esclareceu que não poderia realizar a indicação de imediato, pois seria  
406 necessário verificar previamente quais agricultores atenderiam aos critérios. Walmira agradeceu a  
407 Tatiana pelo apoio recente em agenda em Brasília, destacando que, a partir desse diálogo, conseguiu  
408 encaminhar demandas e que já haveria reunião com produtores no dia seguinte, visando inseri-los  
409 no PAA. Informou que o município de Santa Luzia aderiu ao programa, estando no terceiro ano de  
410 execução, e agradeceu também ao Governo do Estado, na pessoa de Aline. Relatou que o município  
411 foi contemplado no PAA Quilombola e que, como presidente da Colônia de Pescadores, foi  
412 beneficiada pelo programa, já tendo recebido a primeira entrega no mês anterior e aguardando novas  
413 distribuições. Informou ainda que também participam do PAA da agricultura familiar, com  
414 fornecimento direto ao CRAS, além da atuação junto à CONAB na distribuição de pescado. Aline  
415 esclareceu que há diferenças entre as modalidades do PAA, destacando que, no caso do programa  
416 executado pela Secretaria, os produtos devem ser destinados à própria comunidade, e que essas  
417 especificidades impactam, inclusive, na aquisição de produtos de origem animal. Walmira confirmou  
418 que, no caso mencionado, o fornecimento ocorre para a própria comunidade quilombola. Lucas  
419 informou que, no dia 6 de maio, será realizado um dia de campo na fazenda experimental da  
420 EMDAGRO, em Itabaiana, convidando os participantes, inclusive a SEASIC, para levar discussões junto  
421 aos produtores. Explicou que o evento contará com seis estações demonstrativas voltadas à  
422 produção orgânica e tecnologias alternativas, incluindo: produção de bioinsumos (com uso de  
423 bactérias e fungos), compostagem e minhocultura, gongocompostagem (uso de piolho-de-cobra),  
424 produção de biofertilizantes com esterco, manejo de galinhas de capoeira com estrutura alternativa,  
425 uso de remineralizadores de solo (pó de rocha), sistemas agroflorestais com mudas de cacau e amora,  
426 e corredores agroecológicos para controle natural de pragas. Informou que o evento ocorrerá das 8h  
427 às 12h, com expectativa de público entre 150 e 200 produtores, e que enviará o convite assim que  
428 disponível. Carivalda informou sobre evento que ocorrerá no dia 24, com saída do Tototó até a Barra  
429 dos Coqueiros, em homenagem a Iemanjá, com procissão às 8h da manhã. Informou também sobre

430 o início das atividades de uma termoeletrica em Barra dos Coqueiros, destacando que haverá  
431 priorização de contratação da população local, com oferta de capacitações. Orientou que os  
432 interessados realizem cadastro no dia 16, no próprio município, ou por meio de plataforma digital do  
433 governo, com ações também previstas em Pirambu e Aracaju, ressaltando a importância da iniciativa  
434 para geração de emprego e inclusão, especialmente de povos e comunidades tradicionais. Tatiana  
435 respondeu à fala de Walmira reforçando que esse é o papel da consultoria, de contribuir para  
436 destravar entraves e aprimorar a execução do PAA. Colocou-se à disposição para apoiar nos  
437 momentos de entrega ou abertura de editais, destacando que o objetivo do MDS é estar próximo dos  
438 beneficiários, contribuindo para o fortalecimento do direito à alimentação adequada. Informou ainda  
439 que, recentemente, foram lançados dois materiais relevantes: um sobre recomendações para  
440 qualificação das ações de Segurança Alimentar no SUAS e outro, em formato de e-book, sobre  
441 estratégias de implementação e fortalecimento da SAN no Brasil, com foco na agricultura urbana e  
442 periurbana, incluindo experiências de Sergipe. Comprometeu-se a compartilhar os materiais com o  
443 Conselho e agradeceu pelo espaço. Carivalda, então, realizou o encerramento da reunião.  
444 **Deliberações e encaminhamentos:**1-Aprovação da ata anterior.2-Definição de que, na mesa do  
445 encontro, apenas a SEASIC e a presidência do CONSEAN terão momento de fala.3-Realização de  
446 encontro on-line com os presidentes dos conselhos municipais previamente ao encontro presencial.  
447 4-Definição de que os três anúncios contarão com representação da SEASIC.5-Anúncio 3: Egídio e  
448 representante da SEASIC; relatoria a definir pelo OSANES.6-Anúncio 4: Lucas Deda, Tatiana Canuto e  
449 representante da SEASIC; relatoria a definir pelo OSANES.7-Anúncio 7: Claudino, Ronaldo e  
450 representante da SEASIC; relatoria de Roberta (SES).8- definição de que em cada anuncio haverá um.  
451 Representante da seasic.9-.Substituição de Dianna na comissão de regimento interno por Silvino  
452 (titular da ASPDR).10-.Definição de que será agendada reunião da comissão, inclusive em formato  
453 on-line, para início dos trabalhos. **Justificativas de ausência registradas após a reunião:**  
454 Edjúnio, por participação em evento previamente agendado; Flávia Munik, por impossibilidade de se  
455 ausentar do trabalho; representantes da CDJBC (Alex e Egídio), por participação em atividades em  
456 Pernambuco; Marlene, por acompanhamento do Programa Cisternas em Frei Paulo; Dayanne  
457 Kamyille, por motivo de saúde; e a suplente Thais, por atividades internas na SEED. Nada mais  
458 havendo a tratar, e eu, Kathleen F. Hagenbeck, secretária executiva do CONSEAN/SE, lavrarei a  
459 presente ata, a qual após lida e achada conforme, será assinada por mim e pelos senhores  
460 conselheiros.

461  
462 Antônia Regina Coelho de Oliveira- SEFAZ \_\_\_\_\_  
463  
464 Carivalda Ribeiro Sousa-ICB \_\_\_\_\_  
465  
466 Claudino Augusto Dantas Júnior- CRN \_\_\_\_\_  
467  
468 Eliene da silva santos-Consean \_\_\_\_\_  
469  
470 Estelita Santos da Conceição- Associação Nova Esperança \_\_\_\_\_  
471  
472 Kathleen Faro – CONSEAN \_\_\_\_\_  
473  
474 Lucas Travassos Deda- SEAGRI \_\_\_\_\_

|     |   |
|-----|---|
| 473 | Raquel Moraes Machado- SECC _____   |
| 474 | Ronaldo Cruz da Silva- SES _____  |
| 475 | Silvino José dos Santos- ASPDR _____  |
| 476 | Tania Maria de Lima- Associação Bom Pastor _____                                |
| 477 | Valmira Beto dos Santos- Colônia de Pescadores Z3 _____                         |
| 478 | Vanessa Gama Alves- GACC _____  |
| 479 | Vanessa Maria dos Santos- Centro Santo Antônio Ogum Raio de                     |
| 480 | Sol _____   |
| 481 | Viviane Reis de Andrade-SEASIC _____  |
| 482 | Aline Ferreira dos santos- SEASIC(Convidada)                                    |
| 483 | Edjan Alves das Neves-Associação de Pescadores Evangélico do Betume (Convidada) |
| 484 | Tatiana Canuto Silva-Representante do MDS em Sergipe(Convidada)                 |
| 485 | Roberta bento Simões- SES(Convidada)  |
| 486 |   |
| 487 |   |
| 488 |   |
| 489 |   |
| 490 |   |
| 491 |   |